



CLIPPING



18 e 19 de
Setembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> ADVOGADOS DISPUTA

Cerca de dez mil advogados devem ir às urnas, no próximo dia 18 de novembro, para escolher a próxima diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará. A eleição acontecerá em Belém e em 26 subseções distribuídas pelo interior do Estado. O clima entre a categoria já é de plena campanha. A oposição é encabeçada por Sávio Barreto, que vai disputar a presidência da Ordem. Nesta semana, a candidatura de Barreto foi embalada pela definição de sua vice, a jovem advogada Brenda Araújo, que atua na área do Direito Administrativo e Empresarial.

MILITÂNCIA

Segundo o candidato, "a presidência e a vice-presidência da entidade devem ser ocupadas por profissionais militantes, que conheçam as dificuldades da advocacia". Já o candidato da situação é Eduardo Imbiriba, atual secretário-geral da OAB-PA e presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

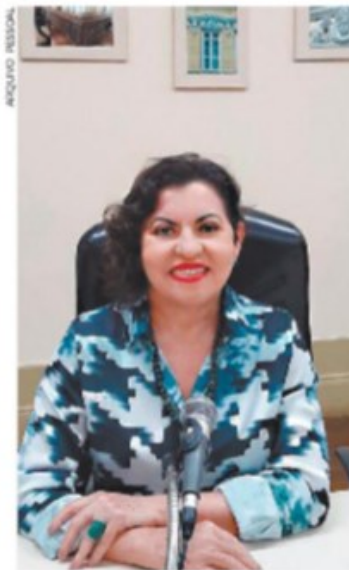
MARIA DA PENHA

Mulheres transexuais buscam amparo na lei contra a violência

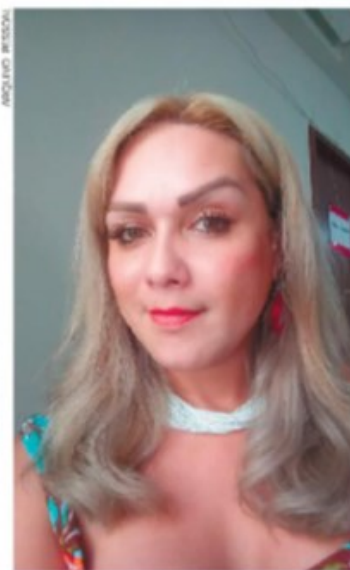
INTERPRETAÇÃO - Mesmo com a garantia e a luta feminina, ainda há entraves para que haja mais segurança jurídica

ELISA VAZ
DA REDAÇÃO

A luta feminista tem acirrado, nas últimas décadas, intensos debates sobre o papel da mulher na sociedade, garantindo o acesso a direitos considerados básicos, mas que antes eram inexistentes. A possibilidade do voto, trabalho, educação, divórcio, anticoncepcional e até licença-maternidade estão entre as conquistas que vieram como resultado da batalha travada por mulheres que buscavam a igualdade social em relação aos homens - e buscam até hoje. O que muitas pessoas ainda não entendem é que as mulheres transexuais, que nascem com o sexo biológico masculino e se identificam como alguém do gênero feminino, também devem ser acolhidas pelo sistema judiciário.



Juíza Reijane de Oliveira aponta avanços



Adriana Lopes viveu preconceitos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No Brasil, uma das “viradas” na luta pelos direitos das mulheres foi a criação da Lei Maria da Penha, há 15 anos, que tem o objetivo de proteger pessoas do gênero feminino que estejam em situação de violência doméstica. A legislação tornou mais rigorosa a punição para agressões contra mulheres, quando ocorridas no âmbito doméstico e familiar. Ela também alterou o Código Penal e possibilitou que agressores de mulheres neste âmbito sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Assim, eles não podem mais ser punidos com penas alternativas, como o pagamento de cestas básicas. A lei ainda aumentou o tempo máximo de detenção de um para três anos, estabelecendo medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de proximidade com a mulher agredida e os filhos.

Embora a Lei Maria da Penha estabeleça claramente que “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião,

“Sexo são as características naturais e biológicas; gênero está vinculado com as relações sociais”

goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”, muitos magistrados têm uma interpretação distinta, e acreditam que as mulheres transexuais não devem ser incluídas na medida porque estas “não nasceram mulheres”.

Vários Tribunais ao redor do Brasil já julgaram casos de violência doméstica cometida contra mulheres trans – alguns se posicionando contra e outros a favor. Um dos contrários é o Tribunal de Justiça de São Paulo, que

entendeu que a Lei Maria da Penha somente pode ser aplicada em casos de violência doméstica ou familiar contra pessoas do sexo feminino, levando em conta exclusivamente o aspecto biológico.

DIREITOS

A Juíza auxiliar da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Reijiane de Oliveira, afirma que a legislação que protege as mulheres, tanto a nível nacional como internacional, trata de relações de gênero, ou seja, avalia a violência contra as mulheres com base no gênero, que não pode ser confundido com o sexo, segundo ela.

“Sexo são as características naturais e biológicas, como hormônios, órgãos reprodutores e a genitália; gênero está vinculado com as relações sociais, aquilo que a sociedade entende como os papéis e comportamentos que se

atribuem a alguém de um sexo específico, como a sociedade entende que devem ser as mulheres e os homens. É aquela célebre frase de Simone: ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Porque se nasce com um sexo, mas é a construção sociocultural que determina a que gênero aquela pessoa pertence e como ela vai se entender no mundo”, comenta.

Com base nisso, é possível perceber de acordo com a juíza auxiliar da Coordenadoria, que a lei protege todas as mulheres, independente do sexo biológico, já que as transexuais são mulheres sociais e culturalmente, embora não tenham nascido com o sexo feminino

Estudos e debates precisam avançar na sociedade

Para que qualquer mulher seja alcançada pela Lei Maria da Penha, há alguns critérios, como a obrigatoriedade de a agressão ter ocorrido em ambiente doméstico ou familiar, com relações de afeto. Caso esses requisitos sejam cumpridos, além das mulheres transexuais, as travestis também podem conseguir acessar a medida, desde que tenham sofrido a violência em uma relação íntima de afeto, com um parceiro atual ou antigo.

A Juíza auxiliar Reijiane Oliveira comemora o fato de que os tribunais vêm fazendo essa interpretação, entendendo que a análise deve ser feita pelo gênero e não pelo sexo, mas afirma que ainda há um longo caminho a ser percorrido. “Já temos várias decisões em que há pedidos de medidas protetivas para mulheres trans que têm sido atendidos e concedidos, desde que haja os outros elementos para a aplicação da Lei Maria da Penha. Mas, infelizmente, essa interpretação não está pacificada no Judiciário”, diz.

No Pará, poucos casos de violência doméstica contra mulheres transexuais foram identificados na Justiça

– apenas três estão tramitando atualmente no Estado, e duas decisões já garantiram o acesso das mulheres trans e travestis à Lei Maria da Penha. “Se configurar esse caso, o Tribunal tem decidido que se aplica. O próprio Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) tem orientação acerca disso e afirma que a Lei Maria da Penha se aplica às mulheres trans. É um enunciado, não vale como lei, mas é uma orientação para os magistrados seguirem”.

Para que haja mais segurança jurídica na aplicação da Maria da Penha, Reijiane defende uma pequena alteração na lei, especificando que as mulheres transexuais podem ser atendidas por meio dessa medida, para evitar interpretações diversas. Em segundo, ela acredita que, para o alcance da lei ser pleno, os juizes devem se aprofundar nos estudos de gênero e debater gênero, sexo, orientação sexual, cisgeneridade, transgeneridade, entre outros termos.

Mulher trans, a estudante de direito Adriana Lopes, de 39 anos, é trans militante política, social e ambiental.

Ela conta que, desde criança, sempre se percebeu diferente e, ao crescer, foi se identificando com o gênero feminino. Adriana só se descobriu trans e começou sua transsexualidade ao entrar na primeira faculdade, por volta dos 22 anos.

Durante sua jornada, ela passou por muitos preconceitos, mas diz que foram combatidos na via judicial, o que rendeu vitória em dois processos. Um deles, caso inédito, foi quando um plano de saúde foi condenado a pagar danos morais a Adriana por não ter permitido que a paciente se consultasse com um ginecologista.

Embora nunca tenha passado pela situação de buscar acesso à Lei Maria da Penha, a estudante de direito é engajada no tema. “As discussões feministas avançaram para a esfera trans feministas. E, com o Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça, de 2018, que permite que pessoas transgêneras alterem seu prenome e gênero nos registros civis diretamente nos cartórios, sem necessidade de cirurgia para mudança de sexo ou decisão judicial, aumentou o acesso à proteção da Lei Maria da Penha”, avalia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em caso de situação de violência, denuncie por um dos meios abaixo:

- **Virtualmente:** quase todos os Estados adotaram o Boletim Eletrônico de Ocorrência, com campo específico para a violência doméstica. Para acessá-lo, busque por Boletim Eletrônico de Ocorrência + o nome do seu Estado em um buscador on-line;
- **Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos:** Acesse www.humanizaredes.gov.br e faça a sua denúncia virtualmente. Ela pode ser feita de forma anônima;
- **Presencialmente** em uma delegacia da mulher, nas cidades

onde existem, ou em qualquer delegacia de polícia;

- **Ligue 180:** serviço telefônico exclusivo para denúncias de violência doméstica e familiar e orientação das vítimas. As ligações são gratuitas e confidenciais. A Central funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil através de telefone fixo ou celular;
- **Ligue 190:** disponível de forma gratuita em todo o território nacional para acionar emergência policial;
- Além dos canais oficiais, há várias iniciativas privadas que procuram facilitar a queixa.

Fonte: Agência Senado

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SÁBADO****Diário do Pará**

MULHER FOGE DE CATIVEIRO AO DESPISTAR SEQUESTRADORES.
PÁGINA 3

POLÍCIA**ERA FORAGIDO DESDE 2018****CAPTURADO COM MACONHA****MANDADO JUDICIAL**

JR Avelar

Sob o comando da delegada Renata Gurgel, superintendente regional da Polícia Civil no Baixo Tocantins, agentes cumpriram mandado de prisão preventiva, mandado de recaptura, prisão em flagrante e tráfico de drogas contra Márcio Júnior Barreto Rodrigues.

Segundo a delegada, o mandado foi cumprido em um esconderijo do procurado no ramal do Palhal, na zona rural de Abaetetuba, nordeste do Estado. Os policiais saíram ainda de madrugada e conseguiram surpreender Márcio Júnior, que não esboçou qualquer reação.

O criminoso estava foragido do sistema prisional paraense desde 2018 e ainda possuía em seu desfavor mandado de prisão preventiva ante a prática do crime de tráfico de drogas.

Durante o tempo em que ficou preso, o rapaz acabou cooptado por uma facção criminosa que atua nos presídios paraenses e, ao ganhar a rua, veio com a missão de se tornar "disciplina" da facção, sendo considerado de alta pericu-



losidade, dominando o tráfico de drogas no ramal do Palhal.

Como integrante da facção criminosa, Márcio Júnior Barreto Rodrigues era o homem mais procurado pela Polícia Ci-

vil de Abaetetuba, que investiga outras ações criminosas creditadas ao detido.

Ainda no decorrer das diligências, os policiais encontraram em seu poder cer-



Márcio Júnior Barreto Rodrigues foi preso novamente pela Polícia Civil
FOTOS: DIVULGAÇÃO

ca de cem gramas de maconha e valores em dinheiro, motivo pelo qual também foi autuado em flagrante delicto.

A delegada informou que após os procedimentos na Su-

perintendência da Polícia Civil em Abaetetuba, o criminoso foi mandado a exames de corpo e delito e em seguida entregue ao Sistema Penal e sua prisão comunicada ao poder judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

HISTÓRIA: DPE FAZ A PRIMEIRA DEFESA ORAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Representante da Defensoria Pública do Pará em Brasília, a defensora pública Anelyse Freitas participou na última terça-feira de uma sustentação oral no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esta foi a primeira e histórica defesa oral da DPE no STJ. Agora os assistidos da

defensoria no Pará têm mais esse serviço na capital federal. A representação foi instalada em junho e se refere ao caso de um rapaz de 23 anos, morador de Santo Antônio do Tauá, que foi detido como traficante quando na verdade era apenas um usuário.



Eleições OAB-PA: Brenda Araújo é pré-candidata a vice na chapa de Sávio Barreto

A pré-candidatura de Sávio Barreto à presidência da OAB-PA foi embalada essa semana pela definição de sua vice, Brenda Araújo. Brenda é uma jovem advogada que tem se destacado na área do Direito Administrativo e Empresarial. Ganhou muita projeção pelo trabalho desenvolvido em projetos voltados para a valorização da mulher advogada.



Segundo Sávio, a presidência e a vice devem ser ocupados por profissionais militantes, que conheçam as dificuldades da advocacia.

Desembargadora lança livro resultado de sua tese de doutorado na Argentina



A desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães lançou na última quinta-feira no salão Nobre do edifício-sede do TJPA o livro "Direitos Humanos no Cotidiano Jurídico: A Violência Contra a Mulher – um estudo comparativo entre as legislações do Brasil e da Argentina". A publicação é resultado da tese de doutorado da desembargadora,

realizada pela Universidad del Museo Social Argentino. A autora discorre acerca dos Direitos Humanos da mulher vítima de violência doméstica e familiar e demonstra de que modo a violência de gênero é tratada no cotidiano jurídico do Brasil e da Argentina. O evento obedeceu aos protocolos de prevenção à Covid-19.

Direito Eleitoral e Político: João Brasil aprovado para Abradep

O advogado João Brasil foi aprovado para ingressar na Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), fundada no dia 20 de março de 2015, em Belo Horizonte. Com sede em Brasília (DF), é composta por profissionais das mais variadas áreas de conhecimento (advogados, professores, juizes eleitorais, membros do Ministério Público, profissionais da comunicação social, cientistas políticos, entre outros). Tem como propósito fomentar debate transparente e qualificado sobre democracia, promovendo o estudo e a difusão de temas referentes ao direito eleitoral e a interseção entre direito e política.



OAB-PA inaugura subseção no município de Novo Progresso

O presidente Alberto Campos inaugurou, junto com o presidente da subseção da OAB em Novo Progresso, Kleverton Ferrino, a sede da OAB local, no subdistrito do Pará, que contempla advogados e advogadas que atuam nas comarcas ao longo da BR-163. O secretário-geral e presidente da Comissão de Defesa de Direitos e Prerrogativas, Eduardo Imbiriba,

o diretor-tesoureiro da OAB-PA, André Serrão, a diretora-geral da Escola Superior de Advocacia, Luciana Gluck Paul, o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Pará (CAA-PA), Francisco Freitas, e Ana Cláudia Waughan, viúva de Ubirajara Bentes de Souza Filho, ex-presidente da OAB em Santarém, estiveram presentes.

VERBIS

Com forte atuação em Brasília, o escritório Pinheiro & Penafort vem obtendo êxito em decisões judiciais proferidas pela Justiça Federal retificando a base de cálculo do FPM dos municípios brasileiros e, consequentemente, aumentando a arrecadação. A conquista mais recente foi em favor do município de São João do Rio Preto (TO), que recebeu um incremento de aproximadamente 25%.

Na terça-feira à tarde o TRE do Pará promove palestra com o tema "Linguagem inclusiva para flexão de gênero: aspectos práticos". A coordenadora de Midias e Web da equipe de comunicação do TSE, Fábria Galvão Costa Machado, será a facilitadora.

Atividade capacitará os participantes para produção de textos inclusivos e menos sexistas. São ofertadas 70 vagas presenciais no plenário Antônio Koury, com transmissão on-line via YouTube.

Como tema: "Cada solução, um recomeço", a Justiça do Trabalho em todo o Brasil realizará a Semana Nacional da Conciliação e de Execução Trabalhista, de amanhã até sexta-feira. A intenção é solucionar processos que dependam de conciliação entre as partes e de execução de decisões já proferidas.

No ano passado em função da pandemia, não houve a Semana de Conciliação e Execução Trabalhista e para 2021, pela primeira vez, os dois eventos serão realizados simultaneamente.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) divulgou, na última quinta-feira, dados da Pesquisa de Metas Nacionais 2022 - Processos Participativos, da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. O destaque foi que 79% dos entrevistados consideram a Justiça do Trabalho "totalmente ou muito confiável".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**DOMINGO**

CASAL DE TRAFICANTES É PRESO DENTRO DE CASA.
PÁGINA 2

Diário do Pará

POLÍCIA**BANCO DE DADOS DA JUSTIÇA****DNA DE CONDENADOS É COLETADO****PERÍCIA**

A coleta e inserção no banco de dados dos perfis genéticos de condenados de justiça tem sido importante instrumento ao sistema judiciário e penal. Responsáveis legais por esse trabalho, de acordo com o Ministério da Justiça, os peritos criminais do Laboratório de Genética Forense, do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC), têm realizado a coleta de DNA de pessoas privadas de liberdade nas unidades do Sistema Penal do Estado, com colaboração da equipe biopsicossocial da Secretaria de Estado de Assuntos Penitenciários (Seap), que tem alcançado a meta de duas mil coletas determinada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) ao Pará, este ano.

O objetivo do procedimento é a catalogação do DNA de condenados por crimes hediondos, e fazer o cruzamento ou relacionar crimes por meio do perfil genético caso ele tenha cometido ou venha a praticar no Brasil e até em outros países. "O cruzamento desses perfis colaboram para elucidação de crimes, por

associar a participação de um condenado em um crime que ele tenha cometido, caso vestígios tenham sido coletados, ou mesmo inocentando a pessoa", disse a perita criminal Elzemar Rodrigues, gerente do Laboratório de Genética Forense.

META

Diante dessa importância, o trabalho de coleta dos peritos criminais nas unidades prisionais do sistema penitenciário tem intensificado, prestes a alcançar a meta determinada pela Senasp para 2021, de dois mil perfis genéticos, que alcançarão a marca de 4.422 inserções ao banco de dados até o final do ano. "Um trabalho que visa a imparcialidade, e o não cometimento de injustiça. O perfil genético é inserido no banco de dados, que quando necessário, será usado e poderá condenar ou inocentar a pessoa", disse o perito criminal Celso Mascarenhas, diretor-geral do CPCRC.

A importância da meta ser alcançada é reconhecida pela Senasp, materializada por meio do repasse de novos equipamentos ao CPCRC, que serão importantes não apenas ao programa de coletas de DNA, mas para outras demandas perici-



Mais de quatro mil exames serão realizados até o fim deste ano pelo CPCRC
FOTO: DIVULGAÇÃO

ais. "Por conta da excelência no trabalho desenvolvido pelos peritos nessa coleta, a Senasp reconhece por enviar viaturas, malas com equipamentos periciais, que serão usados em outros setores que também são importantes para justiça", completou.

A importância das coletas tem sido reconhecida pelos órgãos do sistema Judiciário e Penal, para a aplicação da justiça de pessoas condenadas em visita ao Centro de Recuperação do Coqueiro, quando houve coleta dos apenados pelos peritos. "A coleta de DNA está avançada no

Pará, o que significa que o Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia, Judiciário e Polícia Judiciária podem analisar ocorrências e crimes e aumentar o grau de certeza do indiciamento e das decisões judiciais no Estado", disse Jarbas Vasconcelos, secretário da Seap.

Desta forma, o uso dos dados do banco de perfil genético pode ajudar em casos de condenados que estão arquivados pela justiça. "É um trabalho que vai nos ajudar para a resolução de muitos casos ou situações que estão há muito tempo ar-

quivadas. Com esse material genético, coletado dos apenados, poderemos desvendar muitos crimes", declarou Ociralva Tabosa, promotora de justiça.

"A grande preocupação de nós como juizes criminais é levar a condenação até o mais próximo da realidade para a justiça ser distribuída. Por isso, o material genético coletado dentro das unidades prisionais será uma importante forma muito mais eficaz e inequívoca de se chegar a prova", concluiu a juíza Ângela Tuma, diretora do Fórum Criminal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br